

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 520.600 - SP (2019/0200904-0)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**LUCIANA DE OLIVEIRA FERNANDES FORTES -**  
**SP232873**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JORGE LUIS GUTIERREZ MORALES**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **JORGE LUIS GUTIERREZ MORALES**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no **Agravo em Execução Penal n. 7000480-39.2019.8.26.0050**.

Narra a impetração que o ora paciente foi condenado à uma pena de 3 (três) anos de reclusão - 1ª execução, e outra de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão - 2ª execução, ambas a serem cumpridas em regime aberto, sendo substituídas por penas restritivas de direitos consistentes em prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.

Em sede de execução penal, o paciente não foi localizado para dar início ao cumprimento de suas penas alternativas, razão pela qual o d. Magistrado de origem as converteu em sanção corporal, **tendo como termo inicial do prazo do mandado de prisão o trânsito em julgado para as partes** (fls. 11-12).

Inconformada, a Defesa interpôs agravo em execução pleiteando a alteração do termo inicial da prescrição para a data do trânsito em julgado para a acusação. A eg. Corte bandeirante negou provimento ao recurso, conforme v. acórdão de fls. 27-31 assim ementado:

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - Reversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade -*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Expedição de mandado de prisão fixando como termo inicial o trânsito em julgado para as partes — Inconformismo defensivo — Alegação de que o termo inicial da prescrição (e reflexamente do mandado de prisão) deve ser o trânsito em julgado para o Ministério Público - Descabimento - Termo inicial da prescrição deve ser o trânsito em julgado para as partes - Perfilhamento ao entendimento do STF - Decisão incensurável. Recurso desprovido."*

Daí o presente **mandamus**, no qual a Defensoria Pública, ora impetrante, afirma que *"a presente decisão está causando constrangimento ilegal ao direito de liberdade da paciente, vez que em muito adia o reconhecimento da prescrição da pretensão executória, conseqüentemente, há existência real de privação de liberdade, diante do mandado de prisão expedido pretéritamente"* (fl. 5).

Sustenta que *"o termo inicial da prescrição da pretensão executória e, conseqüentemente, o início do prazo de validade do mandado de prisão, deve ser a data do trânsito em julgado para a acusação"* (fl. 6).

Requer, assim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para *"determinar a retificação do mandado de prisão expedido, tendo em vista que o trânsito em julgado para a acusação é o marco inicial da prazo prescricional, em perfeita dicção com artigo 112, inciso I do Código Penal e jurisprudência consolidada deste Tribunal Superior"* (fls. 9-10).

O pedido liminar foi **indeferido** pela Presidência à fl. 43.

Informações prestadas às fls. 51-63.

O Ministério Público Federal, às fls. 65-72, manifestou-se pela denegação da ordem em parecer com a seguinte ementa:

**"HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL.**

**PLEITO DE EXTINÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. REJEIÇÃO. CORTE REGIONAL QUE AFASTOU CORRETAMENTE A TESE DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.**

**TERMO INICIAL: TRÂNSITO PARA AMBAS AS PARTES. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE CONVERTIDA**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*EM RESTRITIVA DE DIREITOS.*

*ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DOMINANTE  
NESSA CORTE SUPERIOR PELA IMPOSSIBILIDADE DE  
EXECUÇÃO ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO PARA  
AMBAS AS PARTES. PARECER PELA EXTINÇÃO DO WRIT  
SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO OU PELA DENEGAÇÃO DA  
ORDEM."*

**É o relatório.**

**Decido.**

O presente **habeas corpus** não comporta conhecimento porquanto configurada evidente **reiteração de pedido apresentado em outro habeas corpus**, cujo objeto é idêntico ao apresentado na inicial - **HC n. 521.451/SP**.

O v. acórdão vergastado é o mesmo, qual seja, a decisão proferida no **Agravo em Execução Penal n. 7000480-39.2019.8.26.0050**. Os argumentos constantes deste recurso são em sua inteireza semelhantes aos já apreciados no **HC n. 521.451/SP**, ou seja, não vieram fundamentos diversos, capazes de justificar o reexame das questões já apreciadas.

Sobre a impossibilidade de conhecimento de **habeas corpus**, ou de recurso ordinário em **habeas corpus**, quando configurada reiteração de pedidos, confirmam-se os seguintes julgados:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO  
ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS INDEFERIDO  
LIMINARMENTE. REITERAÇÃO DE PEDIDO. AGRAVO  
DESPROVIDO.*

*1. O recurso ordinário traz pedido idêntico ao  
formulado no HC 393.851/BA e em ambos se ataca acórdão do  
Tribunal de Justiça da Bahia no Habeas Corpus n.  
0023373-89.2016.8.05.0000. Referida impetração teve seu mérito  
julgado em maio do corrente ano.*

*2. Diante de inadmissível reiteração de pedidos,  
obstaculizado o conhecimento do recurso ordinário.*

*Agravo regimental desprovido." (AgRg no RHC  
84.693/BA, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe  
16/08/2017)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA ANALISADA EM PRÉVIO RECURSO EM HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DE PEDIDO. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RECURSO JÁ JULGADO. EVENTUAL DELONGA SUPERADA. RECURSO NÃO PROVIDO.**

1. Não se conhece de habeas corpus que objetiva mera reiteração de pedido analisado em recurso anteriormente interposto. 2. "Julgado o Recurso em Sentido Estrito, resta superada a alegação de excesso de prazo para análise do mérito do referido recurso" (RHC n. 66.467/GO, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 9/3/2016).

3. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 403.778/CE, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 10/08/2017)

No mesmo sentido, o seguinte precedente do col. Supremo Tribunal Federal:

*"Agravo regimental em recurso ordinário em habeas corpus. Processual Penal. Homicídio qualificado na modalidade tentada. Decisão de pronúncia. Alegada nulidade do acórdão que negou provimento ao recurso em sentido estrito. Excesso de linguagem. Não ocorrência. Excesso de prazo. Tema que se encontra em apreciação em outro habeas corpus impetrado na Corte. Reiteração. Precedentes. Regimental não provido. 1. A questão relacionada ao excesso de linguagem não prospera, pois o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para afastar o pleito defensivo de despronúncia, por suposta fragilidade probatória e inexistência de indícios de autoria delitiva, externou as razões de seu convencimento, por força do dever constitucional de motivação (CF, art. 93, IX), o que foi levado a efeito por aquela Corte estadual do ponto de vista eminentemente indiciário, respeitando os parâmetros legais para tanto. 2. Não se vislumbra, portanto, a existência de vício capaz de comprometer a imparcialidade do julgamento pelo Conselho de Sentença, não havendo que se falar em excesso de linguagem do acórdão confirmatório da pronúncia. 3. **No tocante ao excesso de prazo da prisão do recorrente, registro que o tema encontra-se em apreciação em outro habeas corpus impetrado na Corte. Logo, não há razão para a análise da questão, visto que o recurso ordinário, neste ponto, é mera reiteração de impetração anterior.** 4. Agravo regimental ao qual se nega provimento." (RHC 147748 AgR, **Segunda Turma**, Rel.: Min. **Dias Toffoli**, PUBLIC 04-04-2018, grifei)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **não conheço** do **habeas corpus**.

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator

